

AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COMO AMBIENTES DE APRENDIZAGEM NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Francisca Fabiana Ferreira da Silva ¹
Francisca Mônica Paz de Sousa Dantas ²
Iure Coutre Gurgel ³

RESUMO

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação inclusiva, apresenta a educação especial como uma modalidade que perpassa todos os níveis e etapas da educação básica, realizando o atendimento educacional especializado como complemento a escolarização e desenvoltura da clientela diversificada da educação especial. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância das salas de recursos multifuncionais como espaços construtivos para aprendizagem de alunos com deficiência. Como referencial teórico nos fundamentamos em: Brasil (2013), Carvalho (2008), entre outros. A metodologia que fundamenta esta pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa, onde utilizamos a pesquisa bibliográfica, e tivemos como instrumentos de pesquisa: a observação em sala de aula e a realização de uma entrevista com três professoras das salas de AEE. Os resultados apontam ser imprescindíveis a utilização das salas de recursos multifuncionais como espaços colaboradores para a aprendizagem e garantia da efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, Sala de recursos multifuncionais, Ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A política Nacional de educação Inclusiva orienta para a participação e permanência dos alunos em salas de aulas comuns, suscitando para a eficácia e o sucesso da aprendizagem, de acordo com o que reza a Constituição Federal (1988).

¹ Aluna do curso de Pedagogia da Universidade do estado do Rio Grande do Norte-UERN/NAESA.

² Aluna do curso de Pedagogia da Universidade do estado do Rio Grande do Norte-UERN/NAESA.

³ Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- CAP/ UERN

Nessa mesma linha de raciocínio (Diretrizes Curriculares da Educação Básica, 2013) expõe que “a política visa atender alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e inova ao trazer orientações pertinentes às condições de acessibilidade dos alunos, necessária a sua permanência na escola e prosseguimento acadêmico”. Desse modo, fica explícito a diversidade do público da educação especial bem como, as possibilidades existentes para um melhor acesso e permanência na instituição de ensino.

Uma importante estratégia ofertada pela Política Nacional da Educação na Perspectiva de Educação inclusiva (2008) é o Atendimento Educacional Especializado-AEE, que tem como função primordial “elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, de modo que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. A referida política atenta para que seja realizado um trabalho que vise o desenvolvimento dos alunos bem como, construir nos sujeitos a capacidade de desenvolver o exercício da cidadania, levando em conta suas limitações.

A LDB 9394/96 determina no artigo 58, inciso I, que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. Relata-nos também em seu artigo 59, “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: “I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades”.

O Atendimento Educacional Especializado consiste em ser realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais na escola em que o aluno frequenta a sala de aula comum ou em outra escola de ensino regular, no turno oposto ao da escolarização, conforme consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) . Vale salientar que o Atendimento Educacional Especializado não substitui a classe comum, apenas apoia o trabalho desenvolvido na sala de aula em horário adverso, com o propósito de contribuir com o aprendizado das crianças com deficiência, pois “O atendimento educacional especializado – AEE é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular (MEC/SSESP,2008)..

Segundo Carvalho (2000, p.45) “As escolas integradoras pressupõe uma pedagogia centrada no aluno, que permita identificar suas necessidades, para supri-las, com vistas ao pleno desenvolvimento e em respeito aos seus direitos de cidadania de pertencer e participar”. Assim, entende-se que os novos conceitos de educação especial estão embasados no desempenho das crianças frente ao processo educacional, levando em conta as suas limitações, para que se alcance de fato a independência escolar.

1 A INSTITUIÇÃO ESCOLAR COMO PORTA ABERTA PARA INCLUSÃO

A educação como um direito de todos, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, reorganiza a comunidade mundial na Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu na Tailândia, em 1990, com o propósito de garantir o direito à educação de todos independente de suas limitações.

A Declaração da Educação para Todos, visa a educação de modo que venha atender a todos, incluindo as pessoas deficientes, mas isso só estendeu-se pelo menos formalmente, após a Declaração de Salamanca, no ano de 1994, reafirmando assim, o compromisso com a Educação para todos. São destacados como pontos relevantes e eficazes do sistema de inclusão como consta na Declaração

toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, • toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, • sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, • aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, •

escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provê em uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Após a declaração, deu-se início a outras ações que visassem também à igualdade de oportunidades e o direito á educação das pessoas com deficiência, no sentido de permanecer frequentando as salas de aula do ensino regular, em um ambiente que lhes proporcionassem o avanço de suas aprendizagens, levando em consideração as suas particularidades.

A instituição escolar à todo momento encontra-se em constante transformação para atender a todos, em virtude disso existe em seu interior o Projeto Político Pedagógico que atravessa o cotidiano escolar para alterar e estruturar ações que contemple uma gestão democrática. O PPP é um documento norteador das ações desenvolvidas na escola, nomeadas e definidas por todos os componentes escolares, pois visa a tomada de decisões de todo seu público. Segundo Vasconcellos (1995), o projeto pedagógico:

“é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. E uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição” (VASCONSELLOS, 1995, p.143)

Como pudemos observar, na definição de Vasconcellos, o Projeto Político Pedagógico não é um trabalho isolado, mas que visa à participação e união dos membros da instituição de ensino, para que juntos possam alcançar os objetivos traçados e, assim, beneficiar a escola no seu todo. (alunos, pais, funcionários, educadores...).

A existência de um ambiente democrático se fortalece, a partir de um trabalho coletivo em prol do avanço escolar. As diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na educação Básica, resolução nº 4 de 2 de Outubro de 2009 reza a relevância do Projeto Político Pedagógico na promoção do AEE, e ainda, a importância do planejamento, da execução e dos objetivos traçados, para manter uma articulação com as tarefas desempenhadas na sala comum.

O PPP contempla a organização dos recursos do AEE tais como: construção da sala de recursos multifuncionais, a matrícula dos alunos que frequentam o referido programa, o intercâmbio entre os professores do AEE com os da sala regular.

O Projeto Político Pedagógico de uma escola visa todos os componentes escolares pais, alunos, professores, comunidade, funcionários, mas também as necessidades surgidas nesse contexto. Assim, para solucioná-las surgem estratégias eficazes para resolução das mesmas, visando sempre às metas que foram traçadas para o bom funcionamento da instituição. A resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009, em seu artigo 9º, elenca que

A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface e com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. (BRASIL, MEC/SEESP).

Desse modo, pode-se compreender que para efetivação do plano do AEE, se faz necessário uma parceria entre professores do programa, juntamente com os professores da sala de aula comum, e ainda devem ser complementados por uma equipe multidisciplinar, externa à escola, todos engajados em um único propósito.

No que se refere ao processo de avaliação institucional, é responsabilidade da escola zelar para que o AEE não seja distinguido de suas obrigações, nem que os alunos sejam discriminados do processo avaliativo realizado pela escola. O PPP define as estruturas básicas para o aprimoramento deste serviço na instituição escolar, ensejando novas práticas de ensino que vise à inclusão dos alunos, rompendo com algumas atitudes discriminatórias e criando mecanismos para superá-las.

Conforme o que foi discutido, entende-se que o processo de construção para se alcançar uma escola que desenvolva seu trabalho numa perspectiva inclusiva, parte de medidas políticas, mas também da parceria de todos os sujeitos que compartilham desse mesmo desejo. Para tanto, participam deste processo os professores, alunos, comunidade, pais e equipe extraescolar, todos em prol de um único objetivo, o de garantir a todos a possibilidade de estabelecer experiências construídas em meio às diferenças.

Partindo desse pressuposto, Carvalho (2008) discute sobre os fatores que direcionam a diversidade. Além disso, destaca a importância de práticas educacionais que levem os sujeitos a terem a consciência de que são muitas as diferenças que circunda no nosso meio, mas que necessitam urgentemente serem compreendidas e respeitadas.

Segundo Carvalho (2006), as escolas devem desempenhar seu trabalho em torno de medidas especiais. Para isso, aponta ser especiais as alternativas educativas para garantir o sucesso escolar dos alunos, os mecanismos pedagógicos para romper com as lacunas no processo de aprendizagem. Para essa autora, “com esse enfoque temos procurado pensar no especial da educação, parecendo-nos mais recomendável do que atribuir essa característica ao alunado” (CARVALHO, 2006, p. 17).

Diante disso, acreditamos que as adequações realizadas nas escolas se bem esquematizadas, poderão proporcionar aos discentes melhores condições de aprendizagem e conseqüentemente o seu desenvolvimento escolar.

2 A ESCOLA LÓCUS E OS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Nesta parte, descreveremos o lócus da pesquisa, buscando descrever os elementos primordiais que desencadearam este trabalho, destacando primeiramente a fase de observação que ocorreu em Abril e Maio de 2015, complementando o período de duas semanas..

A referida pesquisa foi realizada em três escolas da rede regular municipal de ensino, no município de Alexandria, dentre elas: Escola Municipal Jardim de Infância Pedro Lobo da Costa, situada no logradouro Xavier Fernandes, 303 - Centro, Escola Municipal Manoel Valentim de Oliveira, localizada na Avenida Deputado Patrício Neto - Alto da Boa Vista e Escola Municipal Gregório de Paiva, situada à rua Desembargador Zulmar Veras, 24 - Centro.

As escolas dispõem de salas de recursos multifuncionais que atendem os alunos que já são matriculados na escola e abrem espaços para dar suporte a outros que frequentam o ensino regular em outras instituições que não dispõem do apoio especializado.

A metodologia utilizada neste trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de caráter qualitativo, com análise e interpretação de dados e bibliográficos, pois está baseada em teóricos que defendem a temática em questão.

O principal objetivo da observação a ser realizada é conhecer como ocorre o trabalho com as crianças que apresentam necessidades educacionais especiais e como as respectivas escolas trabalham para superar os desafios encontrados, na busca da efetivação de uma escola inclusiva que vise uma educação igualitária e de qualidade para todos que dela participam.

A pesquisa se configura como um estudo de caso de caráter qualitativo, apresenta-se como fonte para investigação de dados, que posteriormente serão examinados e refletidos, enfocando a observação e a entrevista como instrumentos norteadores, pois, segundo Ludkee André (1986, p. 25), para que a técnica de observação seja válida, enquanto instrumento científico de investigação, deve implicar “[...] a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador”. Diante disso, percebemos a importância da pesquisa para a sistematização das informações, pois envolve muitos fatores que adequam o propósito da temática em questão.

A averiguação dos dados será desenvolvida mediante uma pesquisa realizada com os professores que fazem parte da referida instituição, com a finalidade de conhecer como ocorre o trabalho com as crianças especiais e a sua conciliação com os demais alunos, as contribuições, metodologias e os recursos didáticos utilizados pelos profissionais para o desenvolvimento da aprendizagem desses alunos.

O período de observação foi realizado em três etapas, dentre elas: a primeira foi uma visita nas escolas para conhecer as suas estruturas físicas, bem como observar os documentos que norteiam o trabalho das instituições. A segunda foram observações nas salas de recursos multifuncionais das escolas durante duas semanas, sendo feita a observação dois dias em cada escola. A terceira foi a observação nos planejamentos das três professoras que trabalham nas salas de recursos, juntamente com a coordenadora pedagógica.

3 RESULTADOS OBTIDOS MEDIANTE A PESQUISA

Desenvolver estratégias que promovam mudanças e proporcionem o sucesso escolar e social dos alunos com deficiência se torna uma tarefa muito difícil para as escolas. Acreditamos que todos os alunos têm a capacidade de avançar, mediante as suas limitações, pois necessitam, antes de tudo de uma mediação pedagógica que o estimule em cada etapa do seu desenvolvimento, do intermédio da família e de uma equipe multidisciplinar para aperfeiçoar este processo de construção. Em meio a essa problemática, elaboramos questões que pudessem nos aproximar do ponto de vista dos professores sobre esse processo de inclusão, se de fato acontece, ou se não, quais as barreiras existentes à sua efetivação.

Inicialmente, procuramos apresentar questões em que os sujeitos da pesquisa pudessem apontar sua compreensão diante da ideia de educação inclusiva, apontando estratégias de ensino que promovam um ambiente inclusivo. Então, perguntamos o que elas compreendiam por educação inclusiva, as respostas que obtivemos foram as seguintes

É uma educação que viabiliza a inclusão da pessoa com deficiência na instituição escolar, possibilitando aos discentes o desenvolvimento pleno de suas habilidades,

por meio da interação e convivência com os demais educandos na sala comum, com o suporte dos professores da sala de recursos multifuncionais. (Ana 2015)

Entendo que a educação inclusiva concebe à escola o direito de inserir todos, com o propósito dos discentes construírem o conhecimento mediante suas capacidades. É na realização das tarefas que eles expressam suas ideias livremente. Portanto, a inclusão escolar atenta para uma escola que acolha todos os alunos, apesar de suas condições sociais ou limitações de aprendizagem, haja vista que todos têm o direito de participar ativamente do processo escolar, e que esses não sejam motivo para diferenciação nas turmas que frequenta. (Marina 2015)

Como podemos perceber, as visões das professoras são semelhantes, no sentido de inserir as crianças dentro da escola, e estimular o seu desenvolvimento, levando em conta as suas peculiaridades. Um ponto relevante enfocado por Marina foi a permanência dessas crianças nas salas regulares, para que as suas limitações não sejam motivo de exclusão.

Em meio às observações na escola, percebemos que essa inclusão ora acontece, ora não acontece, pois quando os alunos frequentam a sala de recursos, eles se envolvem com os demais alunos. Assim, eles recebem um apoio pedagógico que vai de encontro a sua necessidade. Já na sala regular, muitas vezes por inexperiência dos próprios professores que não sabem lidar com a situação, as crianças, muitas vezes, chegam a sala de aula e são bem acolhidas, mas, no que se referem à metodologia, isso fica à desejar. É o que comprova CARVALHO (2006), quando relata que a escola apresenta a justificativa de que não dispõem de recursos materiais e financeiros, e que não existem condições favoráveis para oferecer-lhes, pois é imensa a dificuldade de englobar essa diversidade.

No que diz respeito ao trabalho realizado nas salas, questionamos as profissionais, sobre a contribuição da sua metodologia para efetivação da inclusão na referida escola. As participantes relataram:

O trabalho realizado nas salas de recursos multifuncionais tem como objetivo primordial complementar as atividades da sala regular, suprimindo as necessidades específicas dos educandos. Portanto é de grande relevância a sua efetivação, pois contribui de forma significativa para inclusão. (Ana 2015).

Sim, as mudanças não ocorrem pela mera adoção de práticas diferentes de ensinar, e sim, dependem da elaboração dos professores sobre o que lhes acontece no decorrer da experiência educacional inclusiva, proporcionando ao aluno a garantia e a participação no processo escolar e na vida social. (Marina 2015).

A contribuição da metodologia utilizada para inclusão, apontadas pelas participantes, se refere predominantemente ao objetivo da sala de recursos multifuncionais e não ao fazer pedagógico das profissionais. Além disso, Marina destaca que as mudanças no contexto inclusivo não ocorrem de práticas diferenciadas, mas da experiência adquirida dia a dia. Percebemos que a professora Marina não compreendeu

de fato o que podemos apontar como metodologia, tampouco, se contemplam a inclusão. Embora aponte fatores realmente imprescindíveis ao processo inclusivo, seu ponto de vista foi restritivo, não revelando o sentido real da metodologia a ser aplicada. Porém, conforme afirma Carvalho (2006) a criatividade do professor deve partir da compreensão de que todos podem aprender sem necessitar que os outros estabeleçam limites.

Na tentativa de elucidar com mais precisão as nossas interrogações, perguntamos aos sujeitos da pesquisa quais elementos elas apontam como positivos e negativos no processo inclusivo. A esse respeito, as docentes destacaram os seguintes pontos:

Positivos: a socialização das crianças com deficiência, o atendimento no AEE e os recursos tecnológicos da sala multifuncional.

Negativos: falta de compromisso dos pais em trazer regularmente os alunos para a escola, falta de formação dos professores das salas regulares para trabalhar com os alunos deficientes. (ANA 2015)

Positivos: Os alunos têm direito à educação, no qual todos constroem o conhecimento segundo as suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos nas suas diferenças.

Negativos: é o querer incluir os alunos sem dispor de condições, no que se refere a capacitações e preparação dos professores, sejam os que realizam o atendimento no AEE, como também os da sala regulares de ensino. (MARINA 2015)

Mediante as respostas das participantes, sobre os pontos positivos desse processo, destacamos a ressalva feita por Ana, quando relata o engajamento dos alunos no que lhe é proposto, tornando-se fundamental ao professor o seu desenvolvimento. Já Marina, elencou nos seus pontos positivos os direitos dos alunos, e posteriormente, as possibilidades de aprendizagens adquiridas neste processo, não se detendo realmente ao que lhe foi indagado. No que se refere aos pontos Negativos, Ana abordou a falta de responsabilidade da família para com a escolarização dos filhos. Levando em conta esta questão, alguns pais agem dessa forma, muitas vezes por não saber lidar com a deficiência do filho, por isso acabam excluindo-os do convívio escolar e social.

Vale destacar, que as participantes, destacaram mais uma vez os mesmos fatores anteriormente apontados em outras questões. Em meio a isso, concluímos que as mesmas acreditam serem necessidades relevantes à prática inclusiva. Fica explícito, nas contestações, a necessidade dos demais profissionais se capacitarem para realizar um trabalho significativo que atendam os anseios da clientela especial.

Em meio a todas essas discussões, percebemos que a escola aos poucos esta se integrando dentro de uma perspectiva inclusiva. Mas que na verdade, existem ainda muitos aspectos que precisam ser repensados, principalmente no que se refere aos educadores, pois torna-se imprescindível que conheçam a dimensão do processo inclusivo, só assim, alcançaremos uma escola em que é possível atuarem todos de forma igualitária, em um ambiente que proporcione aprendizagens significativas e relevantes para a vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva determina um novo modelo de organização, em que define a educação especial como uma modalidade de ensino que complementa à escolarização em salas comuns dos alunos que apresentam alguma deficiência

Em meio à observação, tivemos o privilégio de ponderar sobre alguns de muitos aspectos que permeiam o contexto educacional da inclusão, buscando compreender como ocorre o atendimento das crianças nas salas de recursos, bem como, a relação entre docentes das salas especializadas e regulares de ensino.

A organização do trabalho das salas de recursos multifuncionais busca contemplar especificidades dos sujeitos, para que as necessidades educacionais de cada um possam ser atendidas e discutidas no cotidiano escolar, uma vez que ocorrendo nessas circunstâncias, os pais se sentem motivados e inseridos dentro do processo por perceber o desenvolvimento da escolarização dos filhos..

Para tanto, acreditamos que é primordial que as instituições escolares busquem sempre inovar e adequar-se a sua clientela, só assim poderão proporcionar aos discentes melhores condições de aprendizagem e conseqüentemente o seu desenvolvimento escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial NA Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEEPS, 2009.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertat, 1995. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/gppp03.htm>